
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Bianca Correa Bueno

**CONCEITO DE MERCANTILIZAÇÃO, MERCADORIZAÇÃO,
PUBLICIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO EM ARTIGOS
CIENTÍFICOS**



Rio Claro - SP
2022

BIANCA CORREA BUENO

CONCEITO DE MERCANTILIZAÇÃO, MERCADORIZAÇÃO,
PUBLICIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO EM ARTIGOS
CIENTÍFICOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio
Claro, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi

Rio Claro - SP
2022

B928c	Bueno, Bianca Correa Conceito de mercantilização, mercadorização, publicização e financeirização em artigos científicos / Bianca Correa Bueno. -- Rio Claro, 2022 50 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientadora: Raquel Fontes Borghi 1. Privatização da educação. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BIANCA CORREA BUENO

CONCEITO DE MERCANTILIZAÇÃO, MERCADORIZAÇÃO,
PUBLICIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO EM ARTIGOS
CIENTÍFICOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio
Claro, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Raquel Fontes Borghi (orientadora)

Prof. Dra. Regiane Helena, Bertagna

Prof. Dra. Joyce Mary Adam

Aprovado em: 10 de janeiro de 2022

Bianca Correa Bueno

Assinatura do (a) discente

R. Borghi

Assinatura do (a) orientador (a)

Dedico esse trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e todas as bênçãos.

Também agradeço à minha família: minha mãe Keila de Cássia Bernardino por ser minha inspiração de mulher forte e que busca o que quer, meu pai Ricardo Correa Bueno por apoiar a mim e minha educação e meu irmão Luan Correa Bueno que sempre me instiga com sua curiosidade por questões que estudei como as da história, sobre as quais temos longas conversas.

Agradeço ao meu namorado Leonardo Vieira Morgado com carinho por sempre apoiar as minhas decisões e estar ao meu lado oferecendo todo o apoio. Também à sua família, que considero minha, pelo companheirismo.

Às minhas amigas da escola que me apoiaram na decisão de cursar pedagogia (“Cefron”) e a querida Julia Prioli (“Pri”) por estar sempre presente.

Ao grupo da faculdade “Manacordas” com o qual realizei meu primeiro seminário na Universidade, que recordo com carinho. Também a amiga de sala Isabela Rodrigues por ser tão companheira e dedicada, ajudando na produção de diversos trabalhos.

Além disso, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo financiamento dos projetos de iniciação científica que auxiliaram na produção desse trabalho.

Também o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE) de Rio Claro do qual faço parte, por todos os estudos e encontros realizados.

Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora Professora Doutora Raquel Fontes Borghi pelo auxílio no desenvolvimento dos projetos de iniciação científica e desse trabalho, sempre disponível para ajudar.

Por fim, meu agradecimento a todos os meus professores da pré-escola à graduação, que contribuíram para minha educação e também me ajudaram a construir quem me tornei hoje.

“Às vezes a gente quer muito uma coisa e então acha que vai querer a vida toda. Mas aí o tempo passa. E o tempo é o tipo de sujeito que adora mudar tudo. As vontades também. Um dia ele muda você e pronto: você enjoa de ser pequena e vai querer crescer.”

(A bolsa amarela - Lygia Bojunga)

RESUMO

Em meio a um contexto de privatização da educação no Brasil nas dimensões de oferta, gestão e currículo (ADRIÃO, BORGHI, 2008; ADRIÃO, 2018) e também pelas dimensões de privatização endógena e exógena (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8) o trabalho tem como objetivo identificar os conceitos de mercantilização, mercadorização, financeirização e publicização presentes em artigos científicos da plataforma SciELO, além de realizar uma análise à luz do referencial teórico, principalmente em relação às dimensões de oferta, gestão e currículo. A pesquisa é qualitativa segundo as definições de Yin (2016) e conta com um levantamento bibliográfico de artigos da plataforma SciELO que possibilita a identificação e análise dos conceitos para uma melhor compreensão dos descritores, buscando contribuir com discussões a respeito da temática da privatização da educação. Os resultados indicam que o conceito de mercantilização nos artigos consiste na transformação da educação em mercadoria, enquanto o de mercadorização aparece ligado à privatização e ao aumento de oferta de educação privada. Já a financeirização se relaciona ao mercado financeiro, abertura de ações de empresas educacionais na bolsa de valores e oligopolização do ensino superior e a publicização é conceituada ora como uma “privatização à brasileira”, ora como um termo designado para afirmar uma transparência em um processo.

PALAVRAS-CHAVE: Privatização; Mercantilização; Mercadorização; Financeirização; Publicização.

ABSTRACT

In the midst of a context of privatization of education in Brazil in the dimensions of education management, educational offer, and curriculum (ADRIÃO, BORGHI, 2008; ADRIÃO, 2018) and also in the dimensions of endogenous and exogenous privatization (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7- 8) the work aims to identify the concepts of mercantilization, commodification, financialization and publicization present in scientific articles on the SciELO platform, in addition to performing an analysis in the light of the theoretical reference, mainly in relation to the dimensions of educational offer, management, and curriculum. The research is qualitative according to definitions by Yin (2016) and has a bibliographic search of SciELO articles that allows the identification and analysis of concepts for an understanding of those described, seeking to contribute to discussions about privatization in the best way. The results indicate that the concept of mercantilization in the articles consists of transforming education into a commodity, while the concept of commodification appears linked to privatization and the increase in the education offer in private education. On the other hand, the financialization is related to the financial market, the opening of shares of educational companies on the stock exchange and the oligopolization of higher education, while publicization is conceptualized either as a “Brazilian privatization”, or as a term designed to affirm transparency in a process.

KEYWORDS: Privatization; Mercantilization; Commodification; Financialization; Publicization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Título, autores e ano de publicação dos artigos do descritor mercantilização.....	15
Tabela 2 - Periódicos e número de publicações relacionadas aos artigos de mercantilização.....	17
Tabela 3 - Etapas de ensino e número de artigos de mercantilização.....	18
Tabela 4 - Título, autores e ano de publicação dos artigos de mercadorização.....	18
Tabela 5 - Periódicos e número de publicações relacionadas aos artigos de mercadorização.....	19
Tabela 6 - Etapas de ensino e número de artigos de mercadorização.....	20
Tabela 7- Título, autores e ano de publicação dos artigos de financeirização.....	20
Tabela 8 - Periódicos e número de publicações relacionadas aos artigos de financeirização.....	22
Tabela 9 - Etapas de ensino dos artigos de financeirização.....	22
Tabela 10 - Título, autores e ano de publicação dos artigos de publicização.....	23
Tabela 11 - Periódicos e número de publicações relacionados aos artigos de publicização.....	24
Tabela 12 - Etapas de ensino dos artigos de publicização.....	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL	12
3 LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE OS ARTIGOS REVISADOS	15
3.1 Mercantilização	15
3.2 Mercadorização	18
3.3 Financeirização	20
3.4 Publicização	23
3.5 Observações gerais sobre os descritores	24
4 CONCEITOS ENCONTRADOS NOS ARTIGOS	26
4.1 O Conceito de mercantilização	26
4.2 O conceito de mercadorização	32
4.3 O conceito de financeirização	36
4.4 O conceito de publicização	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6 REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A privatização da educação no Brasil vem ocorrendo de maneira crescente por meios endógenos e exógenos (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8) e passando pelas dimensões de oferta, gestão e currículo (ADRIÃO, 2018). Diversos autores discutem esse fenômeno (ADRIÃO et al, 2016; BORGHI, 2018) que pode ser prejudicial ao direito à educação (BORGHI, 2018). A partir disso, faz-se necessário o estudo desse fenômeno para melhor compreensão e discussão da temática através da identificação e análise dos conceitos dos descritores em artigos científicos.

Além disso, o trabalho segue a linha de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE)¹ um grupo interinstitucional com pesquisadores UNICAMP, USP e UNESP, e contribui para aprofundar estudos sobre temas relacionados à pesquisa “*Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)*” desenvolvida por pesquisadores das três universidades, que busca atualizar os dados sobre privatização no Brasil e analisar a influência da atores privados na política educacional.

A pesquisa desenvolvida também se relaciona com meu o trabalho de Iniciação Científica com bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), orientado pela Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi.

A partir disso, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar os conceitos de mercantilização, mercadorização, financeirização e publicização presentes em artigos científicos da plataforma SciELO de modo a compreender como os pesquisadores da área vem definindo tais conceitos. Para isso, inicialmente buscou-se identificar textos sobre a temática na plataforma SciELO, identificar os conceitos de mercantilização, mercadorização, financeirização e publicização em artigos científicos da plataforma SciELO e por fim analisar os conceitos encontrados à luz do referencial teórico.

A metodologia de pesquisa é qualitativa de acordo com 4 características desse tipo de pesquisa listados por Yin (2016, p. 7-8), dentre elas a capacidade de representar diferentes visões e abranger questões do contexto, no caso do estudo, levando em consideração, respectivamente, as visões dos pesquisadores autores dos textos e o contexto atual de privatização da educação.

¹ Mais informações em: <https://greppe.wixsite.com/greppunesprioclaro>

Uma outra característica se relaciona à tentativa de utilizar-se de diversas fontes de evidência, o que condiz com a ideia do projeto de pesquisar o conceito por meio de diversos artigos científicos diferentes, o que segundo o próprio autor auxilia no aumento de credibilidade dos resultados. Além disso, Yin (2016) afirma que a pesquisa deve ser “[...] guiada pelo desejo de explicar esses acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes. [...]” com a possibilidade de “[...] ser uma ocasião para desenvolver novos conceitos [...]” que podem “[...] tentar explicar processos sociais [...]” (YIN, 2016, p. 8). Essa perspectiva é seguida pelo projeto, que busca auxiliar em futuros estudos sobre a privatização a partir dos conceitos dos descritores.

Nesse sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico, que nas palavras de Gonsalves (2001):

Caracteriza-se a pesquisa bibliográfica pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. (GONSALVES, 2001, p. 34)

Foi feito em artigos científicos da plataforma SciELO, escolhida por ser constantemente usada para pesquisas e conter um bom acervo, com a busca dos descritores (mercantilização, mercadorização, financeirização e publicização) somados a palavra “educação”. Após uma triagem dos textos, retirando os que estão em outra língua ou não tem ligação direta com o tema privatização, será realizada a leitura dos artigos selecionados com atenção às definições dos descritores ou características citadas nos textos, que foram fichados segundo a definição de ficha de leitura de Gonsalves (2001):

- resumo das ideias do autor: apresentação por escrito da compreensão do texto, por tópicos, com vocabulário próprio;
- destaque de citações do autor: apresentação de algumas passagens do texto consideradas mais relevantes e que representem cada tópico anteriormente destacado (não esquecendo de registrar sempre o número da página);
- interpretação do texto: reconstrução mais livre do tema abordado no texto, expressando um diálogo com o autor, incorporando ou questionando posições assumidas. (GONSALVES, 2001, p. 39)

Essas fichas dos artigos lidos foram um guia para facilitar a compreensão do texto e conceito estudado.

Em seguida, foi feita uma análise dos dados encontrados em busca de uma melhor conceituação dos termos pesquisados, comparando as definições encontradas do mesmo descritor. Por fim, foi realizada uma análise dos conceitos à

luz do referencial teórico, com foco nas dimensões de privatização endógena e exógena de Ball e Yodell (BALL, YODELL, 2008).

2 AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

O contexto atual brasileiro é marcado por uma crescente privatização da educação. Adrião e Borghi (2008) discutem em seu texto formas pelas quais esse fenômeno vem ocorrendo ao estudar parcerias entre municípios de São Paulo e a esfera privada na educação. Ao mapearem os municípios que possuíam parcerias com instituições privadas, as autoras identificaram sua ocorrência pelas modalidades de privatização de currículo, oferta e gestão. A dimensão do currículo é apresentada por meio da compra de “sistemas de ensino” privados por redes públicas (que fornecem materiais didáticos), enquanto a oferta ocorre através de subvenção da oferta da educação infantil para instituições privadas feitas pela prefeitura e a terceira modalidade refere-se à “assessoria na gestão”. (ADRIÃO, BORGHI, 2008, p. 106-107)

Outro estudo relevante para o trabalho é o artigo de Adrião, Borghi e Domiciano (2010), que trazem também o panorama da privatização, focando na educação infantil e ensino fundamental. Segundo as autoras, duas modalidades mais recorrentes pela qual isso vem ocorrendo são através da subvenção pública para instituições privadas através de parcerias, convênios e pagamento de bolsas de estudo, além da elaboração de políticas educacionais pelo setor privado e da venda de sistemas de ensino privados às instituições públicas (ADRIÃO, BORGHI, DOMICIANO, 2010, p. 290- 291).

Seguindo com a apresentação de alguns estudos importantes a respeito da temática, a partir de um mapeamento detalhado da literatura, Adrião (2018) define formas de privatização dentro de cada uma das três dimensões já citadas: na gestão, definida como “[...] subordinação ao setor privado dos processos relativos à definição dos meios e dos fins desta educação. [...]” (ADRIÃO, 2018, p. 12), pode ocorrer como privatização da gestão educacional (nos casos em que decisões do ensino público relacionadas à política educativa se subordinam às instituições privadas) ou privatização da gestão escolar (gestão das escolas públicas em si por instituições privadas). Com relação à oferta, Adrião (2018) afirma que pode ocorrer por meio de subsídio público às instituições privadas, pela própria oferta de ensino privada e através do subsídio de oferta (como vouchers). Por fim, a privatização na dimensão do currículo está relacionada aos processos pedagógicos, como por exemplo assessorias e Sistemas Privados de Ensino (ADRIÃO, 2018, p. 11-12).

Vemos um exemplo da privatização da oferta no texto de Borghi et al. (2014), ao trazerem um estudo sobre o subsídio do poder público à instituições privadas para oferta de creches e pré-escolas em municípios do Estado de São Paulo (BORGHI et al., 2014)

Adrião et al. (2016) trazem um exemplo no âmbito da privatização do currículo, que se dá a partir da venda de sistemas privados de ensino (SPEs) para redes públicas feita pelas corporações Grupo Objetivo, Pearson, Grupo Positivo e Grupo Santillana. Algumas dessas empresas possuem capital aberto e fazem negociações na bolsa de valores relacionadas a esses SPEs (ADRIÃO et al., 2016, p. 117). Esses sistemas fornecem livros didáticos que são adotados pelas escolas dos municípios estudados, deixando de lado o material didático e paradidático enviado pelo governo federal para as escolas públicas através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (ADRIÃO et al., 2016, p. 125). Segundo os próprios autores:

Levando em conta que a participação das despesas correntes com pessoal docente e não docente representa a maior parte das despesas fixas com educação nos municípios, vemos que, ainda que minoritárias em relação ao gasto total, as despesas com SPE consomem uma parcela relativamente grande dos recursos de livre alocação, que poderiam ser aplicados em investimentos em infraestrutura ou em outros programas de fortalecimento da própria rede pública. (ADRIÃO et al., 2016, p. 126)

Nesse sentido, a privatização da educação deixa de fortalecer a rede pública para favorecer as instituições privadas. Além disso, Borghi (2018) afirma que ela pode abrir brechas para a expropriação do direito à educação na medida em que a transforma em mercadoria:

É assim que podemos pensar na expropriação do direito à educação, por meio de sua transformação em mercadoria, como estratégia de valorização do capital em áreas antes intocadas, porque públicas e estatais. O que era direito de todos e dever do Estado, passa a ser mercadoria e investimento individual – é a privatização de um direito. (BORGHI, 2018, p. 22)

Na mesma linha de pensamento, Borghi (2018) cita uma afirmação de Santos (2012, p.20) sobre a relação entre educação e o setor privado:

Todo o processo de produção pedagógica é submetido à lógica do mercado: gestão escolar, relações ensino aprendizagem, conteúdos programáticos, princípios pedagógicos do currículo e avaliação dos resultados. O sentido e as finalidades da educação incorporam a mercadorização já no âmbito da produção. (SANTOS, 2012, p. 20 apud BORGHI, 2018, p. 24)

A proposta de olhar para a privatização em suas dimensões endógenas e exógenas definidas por Ball e Youdell (2007), também nortearão a pesquisa. Com relação à privatização endógena, os autores afirmam: “Corresponde a lo que denominamos la privatización “endógena”. Esas formas de privatización implican la importación de ideas, métodos y prácticas del sector privado a fin de hacer que el sector público se asemeje cada vez más a una empresa y sea tan eficiente como una empresa” (BALL, YOUDELL, p. 7-8). Afirmam com relação à exógena: “Corresponde a lo que denominamos la privatización “exógena”. Esas formas de privatización implican la apertura de los servicios de educación pública a la participación del sector privado, a través de modalidades basadas en el beneficio económico, y la utilización del sector privado e cuanto a la concepción, la gestión o la provisión de diferentes aspectos de la educación pública. ” (BALL, YOUDELL, 2008, p. 8)

Tais pesquisas acima referenciadas apresentam uma multiplicidade de estratégias de privatização e relações entre o os setores público e privado, o que acaba por evidenciar uma multiplicidade de conceitos ligados a temática da privatização. Sendo assim, é de grande importância analisar os descritores mercantilização, mercadorização, financeirização e publicização presentes em artigos científicos nacionais da plataforma SciELO para buscar uma melhor definição de cada um desses conceitos através das questões norteadoras: como são definidos pelos autores que se utilizam deles? Há uma distinção clara destes conceitos?

3 LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE OS ARTIGOS REVISADOS

Para um melhor entendimento dos textos estudados, é apresentado a seguir um levantamento de dados sobre os artigos revisados divididos pelos descritores mercantilização, mercadorização, financeirização e publicização. São dados e tabelas com título do artigo, autor (es), ano de publicação, número de publicações de cada periódico, etapas de ensino de cada artigo, local estudado e temática.

3.1 Mercantilização

Iniciamos com o descritor mercantilização, apresentando na tabela abaixo o título dos artigos identificados, autores e ano de publicação de cada um dos 15 artigos:

Tabela 1 - Título, autores e ano de publicação dos artigos do descritor mercantilização.

Título	Autor (es)	Ano de publicação
“Educação em direitos humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública”	Thais Aparecida Dibbern, Evandro Coggo Cristofolletti e Milena Pavan Serafim	2018
“Privatização e educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino”	Camilla Croso e Giovanna Modé Magalhães	2016
“Entre a entrega e a renúncia: excelência acadêmica em escolas públicas chilenas de alta performance”	Maria Luísa Quaresma	2015
“A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal”	David Hall e Helen M. Gunter	2015
“Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010”	Deise Mancebo, Andréa Araujo do Vale e Tânia Barbosa Martins	2015

“A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas”	Cristina Helena Almeida de Carvalho	2013
“Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior”	Valdemar Sguissardi	2013
“Os quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado”	Julio Cesar G. Bertolin	2011
“O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina”	Milena Pavan Serafim	2011
“Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios”	Vera Lúcia Jacob Chaves	2010
“Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica”	Deise Mancebo	2010
“Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social”	Larissa Dahmer Pereira	2009
“Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização”	Júlio C. G. Bertolin	2009
O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado”	João dos Reis Silva Júnior	2009

“A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos”	Antônio de Pádua Bosi	2007
---	-----------------------	------

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Um primeiro dado comentado é a data de publicação dos artigos, sendo o mais antigo de 2007 e o mais novo de 2018. Dentre eles, os anos com maior número de publicação são 2009 e 2015, ambos com três.

São setes revistas responsáveis pelas publicações, sendo que a com maior número é a revista *Educação & Sociedade* com 5 dos 15 textos:

Tabela 2 - Periódicos e número de publicações relacionadas aos artigos de mercantilização.

Nome do periódico	Número de Publicações
<i>Educação em Revista</i>	1
<i>Educação & Sociedade</i>	5
<i>Educação e Pesquisa</i>	2
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	2
<i>Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior</i>	2
<i>Revista Portuguesa de Educação</i>	2
<i>Revista Katálisis</i>	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Quanto à temática principal dos textos, observamos diversas. Um texto tratava de Direitos Humanos (DIBBERN; CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018), alguns do trabalho docente como em (BOSI, 2007) e (SILVA JÚNIOR, 2009), entre outros temas e mesmo assim abordavam em algum momento a mercantilização. Enquanto em outros textos a relação com a mercantilização era mais direta, sendo parte da temática central do texto, tomando como exemplo “O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina” (SERAFIM, 2011).

Além disso, apresentamos as etapas de ensino abordadas pelos artigos:

Tabela 3 - Etapas de ensino e número de artigos de mercantilização.

Etapas de ensino	Número de artigos
Ensino Superior	12
Educação infantil e Ensino Fundamental	1
Ensino Fundamental e Médio	1
3º e 4º ano do Ensino Médio chileno	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

A Tabela 3 evidencia que a temática da mercantilização vem se destacando prioritariamente nos estudos acerca da Educação Superior.

Partindo para o local estudado, a maioria estuda especificamente o Brasil (10), enquanto um analisa a América Latina e Caribe, um Santiago do Chile, um a Inglaterra, outro estuda os EUA, Europa e América Latina e um último não especifica, usando um contexto mais geral. Tal dado pode ser resultante do fato de que foram considerados apenas os artigos publicados em língua portuguesa.

3.2 Mercadorização

A seguir, tratamos dos dados dos 6 artigos estudados no descritor mercadorização, começando com uma tabela de informações do título, autores e ano de publicação de cada artigo selecionado:

Tabela 4 – Título, autores e ano de publicação dos artigos de mercadorização.

Título	Autor (es)	Ano de publicação
“Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas.”	Fátima Antunes e Vera Peroni	2017
“Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada”.	Almerindo Janela Afonso	2013
“Avaliação e internacionalização	Denise Leite e Maria	

da educação superior: <i>Quo vadis América Latina?</i> ”.	Elly Herz Genro	2012
“Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária”.	Valdemar Sguissardi	2008
“Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente”.	Deise Mancebo, Olgaíses Maués e Vera Lúcia Jacob Chaves	2006
“Produção do conhecimento na educação superior australiana: do acadêmico ao comercial”	V. Lynn Meek	2004

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Quanto aos periódicos, a maioria dos textos foi publicada em revistas diferentes, sendo que apenas dois artigos são da mesma revista:

Tabela 5 - Periódicos e número de publicações relacionadas aos artigos de mercadorização.

Nome do periódico	Número de publicações
<i>Revista Portuguesa de Educação</i>	1
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	1
<i>Revista da Avaliação da Educação Superior</i> (Campinas)	1
<i>Educação & Sociedade</i> (Campinas)	2
<i>Educar em Revista</i> (Curitiba)	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Com relação ao ano de publicação, o mais recente é de 2017 e o mais antigo de 2004, além de não ter textos publicados no mesmo ano.

Quando à temática central os textos são bem variados: um deles trata da avaliação (LEITE; GENRO, 2012), outros de pesquisa e financiamento (MEEK, 2004) e expansão (SGUISSARDI, 2008) ambos do ensino superior. No entanto, três deles tem como tema mudanças no papel do Estado e a relação com a educação (ANTUNES; PERONI, 2017), (AFONSO, 2013) e (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006).

Outro dado relevante são as etapas de ensino abordadas pelos artigos e mais uma vez a educação superior é a de maior frequência:

Tabela 6 - Etapas de ensino e número de artigos de mercadorização.

Etapas de ensino	Número de artigos
Educação Básica	1
Ensino Superior	4
Educação Básica e Superior	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Também é importante constatar o país estudado pelos textos, sendo que três deles tratam exclusivamente do Brasil, outro analisa o mesmo país, mas também Portugal (ANTUNES; PERONI, 2017). Além disso, um deles abrange América Latina e Caribe (LEITE; GENRO, 2012), um a Austrália (MEEK, 2004), enquanto “Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada” (AFONSO, 2013) não especifica o local de estudo.

3.3 Financeirização

Quanto ao descritor financeirização, foram selecionados os seguintes 7 artigos para estudo, com o mais antigo publicado em 2009 e o mais novo em 2019, contando que 2013 e com mais 2018 são os dois anos com mais publicações (duas em cada ano):

Tabela 7 - Título, autores e ano de publicação dos artigos de financeirização.

Título	Autor (es)	Ano de publicação
A financeirização da educação privada nas	Marcelo Maia Vinagre Mocarzel	2019

páginas de uma revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira		
Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil	Andreia Gomes da Cruz e Maria de Fátima Costa de Paula	2018
BRASIL ANOS 2000: A política social sob regência da financeirização	Lena Lavinias e Denise L. Gentil	2018
Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas	Carlos Roberto Jamil Cury	2014
Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da unesa	Deise Mancebo e Andréa Araujo do Vale	2013
A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas	Cristina Helena Almeida de Carvalho	2013
A transformação da educação em mercadoria no Brasil	Romualdo Portela de Oliveira	2009

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Tais artigos foram publicadas em revistas científicas. Constatamos que algumas revistas foram responsáveis por publicar mais de um artigo sobre o tema, como é o caso da revista *Educação & Sociedade* com 3 artigos publicados e a *Revista da Avaliação da Educação Superior* com 2 publicações:

Tabela 8 - Periódicos e número de publicações relacionadas aos artigos de financeirização.

Nome do periódico	Número de publicações
<i>Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)</i>	2
<i>Educação & Sociedade</i>	3
<i>Novos estudos CEBRAP</i>	1
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Com relação a temática dos artigos selecionados, temos a maioria dos textos com a temática central focada na própria financeirização, porém ligadas a diversos temas como legislação e financeirização no caso do texto de Cury (2014), discursos publicitários e financeirização por Mocarzel (2019) e financeirização e suas consequências no artigo de Lavinhas e Gentil (2018). O artigo *Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil* (CRUZ, PAULA, 2018) tem como temática central os Oligopólios na educação superior. Já o artigo de Oliveira (2009) tem como temática os fundos financeiros na educação superior no Brasil e o texto de Mancebo e Vale (2013) tratam mais especificamente da expansão do ensino superior no Brasil. Por fim, o artigo *A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas* (CARVALHO, 2013) tem como temática principal a mercantilização, apesar de abordar também a financeirização.

A seguir, uma tabela com outra informação importante, as etapas de ensino tratadas nos artigos estudados, sendo que todos estudam o Ensino Superior, e apenas um deles, o de Oliveira (2019), aborda também a questão da Educação Básica:

Tabela 9 - Etapas de ensino dos artigos de financeirização.

Etapa de Ensino	Número de Artigos
Ensino Superior	6
Ensino Superior e Educação Básica	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Além dessas informações, ressaltamos que em relação ao local estudado pelos artigos, todos focam no Brasil.

3.4 Publicização

Com relação ao descritor publicização foram selecionados 4 artigos, o mais recente publicado no ano de 2018 e o mais antigo de 2010:

Tabela 10 - Título, autores e ano de publicação dos artigos de publicização.

Título	Autor (es)	Ano de publicação
Financiamento da Educação Especial no Município de Vitória: desafios à gestão	Marileide Gonçalves França e Rosângela Gavioli Prieto	2018
A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate	Neide de Almeida Lança Galvão Favaro e Paulo Sergio Tumolo	2016
Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas	Carlos Roberto Jamil Cury	2014
O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado	Gladys Beatriz Barreyro	2010

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Ademais, apontamos as variadas temáticas abordadas pelos artigos estudados, apesar de todos tratarem de alguma maneira da publicização. O artigo Favaro e Tumolo (2016) traz a temática da educação e desenvolvimento, enquanto o texto de Cury (2014) trata da legislação e financeirização das Instituições de Ensino Superior. O artigo de Barreyro (2010) aborda mais especificamente o Programa Alfabetização Solidária e também a Reforma do Estado e por fim o texto de França e Prieto (2018) trabalha mais com o eixo de financiamento da educação especial.

Com relação aos periódicos em que foram publicados os artigos estudados, observamos que apenas o Educar em Revista publicou 2 dos artigos:

Tabela 11 - Periódicos e número de publicações relacionados aos artigos de publicização.

Nome do periódico	Número de artigos
<i>Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)</i>	1
<i>Educar em Revista</i>	2
<i>Educação & Sociedade</i>	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Com relação a etapa de ensino estudada por cada artigo, vemos que a maioria (3) tratam da educação básica, sendo que um deles (BARREYRO, 2010) aborda mais especificamente a Educação Especial e outro (FRANÇA, PRIETO, 2018) a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Apenas um dos artigos (CURY, 2014) aborda especificamente o Ensino Superior:

Tabela 12 - Etapas de ensino dos artigos de publicização.

Etapas de ensino	Número de artigos
Educação Básica	3
Ensino Superior	1

Fonte: a autora com base nos dados coletados.

Além disso, identificamos que todos os artigos estudam o Brasil, sendo que apenas o texto de França e Prieto (2018) foca mais em Vitória, no Espírito Santo.

3.5 Observações gerais sobre os descritores

A partir da observação e do levantamento das informações de todos os artigos selecionados, foi possível observar algumas questões. A primeira delas diz respeito à data de publicação dos artigos, sendo o mais antigo de 2004 e o mais recente de 2019. Dentre os anos publicados, 2013 teve o maior número de publicações (5), seguido por 2009 e 2018 (ambos com 4 publicações em cada).

Além disso, observamos que o periódico com maior número de publicações dentre as estudadas foi a Educação & Sociedade, com 11 artigos publicados dentre todos os descritores.

Ademais, podemos notar que a etapa de ensino mais estudada dentre os artigos foi a da Educação Superior, contando com 23 artigos, dos quais a maioria estuda apenas essa etapa.

Com relação ao local estudado pelos artigos, o Brasil tem foco na grande maioria, com o total de 24 artigos dentre os analisados.

4 CONCEITOS ENCONTRADOS NOS ARTIGOS

4.1 O Conceito de mercantilização

Quando falamos em conceito, queremos entender que ideia o autor quer passar quando usa determinada palavra, o que compreende que seja certo termo. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa Mini Aurélio, conceito pode ser definido como “[...] 1. Formulação duma ideia por palavras; definição. [...]” (FERREIRA, 2010, p.183).

Um conceito pode ser traduzido com a concepção ou a caracterização de algo. Tendo isso como base, buscamos o conceito de mercantilização nos artigos e encontramos em quatro deles uma definição clara do conceito utilizado. Observemos uma primeira definição:

[...] a mercantilização da universidade pública ocorre quando a educação deixa de ser considerada socialmente - ou internamente às instituições - enquanto um direito e um bem público para tornar-se mercadoria (DIAS SOBRINHO, 2013). Ou, como aponta Chauí (2003), quando a universidade deixa de ser uma instituição social, pautada pelo compromisso com a cidadania, democracia e pela autonomia, para transformar-se uma universidade operacional. (DIBBERN, CRISTOFOLETTI, SERAFIM, 2018, p. 18).

No trecho acima as autoras citam outros estudiosos para embasar sua definição. Ao longo do texto, a mercantilização é compreendida como um fenômeno que ganha força com o neoliberalismo e consiste na transformação de algo em mercadoria. No caso da universidade pública, transforma-la de direito para mercadoria, perdendo compromissos como de autonomia e formação crítica preocupada com as mazelas sociais, tornando-se operacional e buscando apenas o lucro.

A descrição feita pelas autoras é semelhante às encontradas nos demais artigos. Em todas as quatro definições explícitas, a mercantilização é apontada como mudança na educação que a transforma em uma mercadoria ou serviço comercial. Outro exemplo disso está no texto de Julio Cesar G. Bertolin (2011).

Como consequência, observou-se o fenômeno da mercantilização, no qual o desenvolvimento dos fins e dos meios da educação superior, tanto no âmbito estatal como no privado, sofre uma reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado, e sob o qual a educação, gradativa e progressivamente, perde o status de bem público e assume a condição de serviço comercial” (BERTOLIN, 2011, p. 237)

A visão de Bertolin (2011) acrescenta que o fenômeno afeta também a educação superior privada. No decorrer de seu artigo, afirma que o

contingenciamento de gastos nas instituições públicas, a diversificação de fontes de verba para IES (Instituições de Ensino Superior) e incentivo a instituições privadas contribuem para essa mercantilização.

No artigo “A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas” (CARVALHO, 2013) a definição segue a mesma ideia:

A legislação explicitou a existência até então dissimulada de um processo de mercantilização da educação superior, já diagnosticado por João Silva Júnior e Valdemar Sguissardi (2000) e reafirmado por Sguissardi (2008) e Romualdo Oliveira (2009), ora entendido como a transformação da educação em mercadoria, cujo preço é determinado pelo mercado com o intuito central de obter lucro em benefício de seus proprietários e acionistas [...] (CARVALHO, 2013, p. 762 e 763)

Complementa ainda que a mercantilização pode se manifestar com a oferta de cursos em IES privadas, mas também pela produção de materiais instrucionais e consultorias a serem vendidos para Instituições de Ensino Superior.

Além dessas definições claras apresentadas por alguns artigos, conseguimos encontrar diversas características do descritor nos demais textos que complementam a ideia já posta. No texto de (SGUISSARDI, 2013, Página 954), o autor cita Emir Sader (2003), que afirma a ocorrência de uma mercantilização no acesso do que deveria ser um direito (como a educação), tendo essência mercantil.

Em “Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios” (CHAVES, 2010), a autora debate, entre outros assuntos, a influência de órgãos internacionais na política educacional. Estes são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que orientam uma reforma educacional no sentido do financiamento, defendendo, entre outras coisas, uma redução de custos.

Ainda nesse artigo, podemos encontrar como fatores contribuintes para a mercantilização do ensino superior a expansão do setor privado e os oligopólios de empresas, somada a abertura de capital na bolsa de valores:

Dentre as diversas alterações adotadas no ensino superior brasileiro, desde então, e que acentuaram a privatização/mercantilização desse nível de ensino, destacaremos, neste texto, dois movimentos: 1) a fragmentação, por meio da diversificação institucional, e a expansão, pela via do setor privado; 2) a formação de oligopólios, no ensino superior privado, com a criação de redes de empresas por meio da compra e (ou) fusão de IES privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior e pela abertura de capitais destas nas bolsas de valores. (CHAVES, 2010, p. 483).

Nessa linha de pensamento, além da expansão em si do setor privado com a abertura de novas instituições de ensino superior, ocorre compra ou fusão de IES privadas formando uma rede de empresas que comerciam educação. Ademais, essas empresas têm seu capital aberto na bolsa de valores, possibilitando investimentos (inclusive estrangeiros) e lucrando com negócios educacionais. A autora cita como as quatro empresas educacionais, com sede no Brasil, que se destacam no mercado e suas principais redes a Anhanguera Educacional S.A., Estácio Participações (Universidade Estácio de Sá), Kroton Educacional (detentora da Rede Pitágoras) e o “Sistema COC de Educação e Comunicação” (CHAVES, 2010, p. 491).

Não podemos deixar de colocar que o alto investimento nesse tipo de instituição, não está ligado com uma alta qualidade de ensino, tendo em vista que muitas não seguem nem as exigências da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), como a própria autora afirma:

Por outro lado, dados do INEP comprovam que grande parte dessas instituições não atende às exigências de um terço do corpo docente com titulação de mestres e doutores e em regime integral de trabalho, definidas na LDB. Com isso, a precarização da função docente acaba se refletindo na própria qualidade do ensino ofertado. (CHAVES, 2010, p. 495).

Ainda tratando da influência privada na educação, “Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social” (PEREIRA, 2009) discute a diluição das fronteiras entre público e privado causado pela mercantilização, onde é naturalizada a entrega de verbas públicas no setor privado:

A década de 1990 e o início do século 21 registraram um franco processo de expansão e de mercantilização do ensino superior, validado e incentivado pelos governos, de Cardoso a Lula, pautados no pressuposto de que a educação é um “bem público”, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população. Cabe ao Estado a partilha dos recursos públicos: naturaliza-se a entrega de verbas públicas para o setor privado e, ao mesmo tempo, o financiamento privado para as IES públicas, numa explícita diluição de fronteiras entre o público e o privado. (PEREIRA, 2009, p. 271).

Dessa relação entre os setores público e privado, existe o programa PROUNI (Programa Universidade para Todos), que concede bolsas de estudo no ensino

superior. Somado aos baixos investimentos nas IES públicas, auxilia na transformação da educação em mercadoria. (CHAVES, 2010, p. 482 e 483).

Além das características já citadas, alguns textos mostram a mercantilização aparece ligada à docência de duas maneiras. A primeira delas pode ser encontrada em (BOSI, 2007, Páginas 1508 e 1509), e seria a mercantilização do próprio trabalho, o que o torna mais precário. Isso acontece devido ao aumento de suas funções, somado à redução de orçamento das IES e flexibilização de contratos (menos em dedicação integral, alunos de pós-graduação dando aulas como substitutos).

Seguindo a mercantilização do trabalho docente, (MANCEBO, 2010, Página 83) traz a ideia de uma cultura acadêmica mercantilizada, onde há o destaque no empreendedorismo docente e sua capacidade de competição na produção acadêmica e na busca de recursos. Nesse sentido, a mercantilização se une ao trabalho docente de uma segunda forma, através da mercantilização do conhecimento. Essa ideia é discutida por (SERAFIM, 2011, Página 249), quando afirma que “Membros da comunidade acadêmica têm sido contratados para identificar e descobrir invenções com potencial gerador de receita que podem ser patenteados”. A autora desenvolve a ideia no seguinte trecho:

Outro mecanismo adotado nesse processo de mercantilização da educação superior foi aquele referente à propriedade intelectual. Esse mecanismo permitiu que o conhecimento fosse concebido como um material que pode ser legalmente protegido e “empacotado” como se fosse um produto vendido em um mercado convencional [...] (SERAFIM, 2011, p. 249)

Concluindo esse pensamento através do texto de (SILVA JÚNIOR, 2009, páginas 163 e 164), com produto de suas pesquisas mercantilizado, o professor passa a contribuir mais com o crescimento econômico do país, mas diminui sua função social de crítica institucional do tempo histórico em que vive.

A partir desse momento, mostraremos as características encontradas nos três textos que não tratam da etapa do ensino superior. O artigo “A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal” (HALL; GUNTER, 2015) desenvolve um estudo sobre o Ensino fundamental e médio na Inglaterra.

Nele, a mercantilização é vista como um sistema público gerido de maneira privada (preocupação com a eficácia). Há um currículo nacional e as escolas públicas passam por avaliações nacionais que as classificam, gerando competição entre alunos e escolas, possibilitando quase-mercados educacionais (HALL; GUNTER, 2015, Página 749 e 750).

No texto “Privatização e educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino” (CROSO; MAGALHÃES, 2016), são estudadas a educação infantil e ensino fundamental. Nele a mercantilização se baseia na soma da privatização endógena e exógena desenvolvida por Ball e Youdell (2007), sendo a primeira a lógica de mercado incidindo sobre a educação pública (parcerias público-privadas, ranqueamento, competitividade e a segunda a incorporação do privado em si na educação pública (privatização da merenda, transporte, gestão). A maior justificativa é a suposta ineficácia do sistema público de ensino, mostrando a privatização como solução.

Por fim, a escrita a respeito das escolas Chilenas (QUARESMA, 2015) não nos dá parâmetros para uma discussão sobre o descritor, pois ele aparece apenas no resumo do texto.

Após a descrição dos conceitos trazidos pelos artigos do descritor mercantilização, buscamos relacioná-los com os conceitos de privatização endógena e exógena de Ball e Youdell sendo a privatização endógena ligada a importação de ideias, técnicas e práticas do setor privado, tornando o público similar com o de negócios, e a exógena com relação à privatização da educação pública, abrindo serviços da educação pública para o privado (BALL, YOUDELL, 2008). A diversidade e quantidade de textos (15) nos levam a ter textos nos quais o conceito de mercantilização se aproxima mais a privatização endógena, ora mais a exógena, mas também tem artigos em que a definição perpassa as duas dimensões, além de um texto do qual não é possível fazer essa relação.

Cinco artigos tem as características da mercantilização mais relacionados a dimensão da privatização endógena de Ball e Youdell (BALL, YOUDELL, 2008) dentre eles os artigos de Dibbern, Cristofolletti e Serafim (2018), que afirma uma aproximação simbiótica da educação pública com os interesses de mercado (DIBBERN, CRISTOFOLETTI, SERAFIM, 2018, p. 8). O artigo “A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal” (HALL,

GUNTER, 2015, p 753) também aproxima a mercantilização de privatização endógena ao afirmar que na educação ocorre do sistema público ser gerido de maneira privada. No trabalho de Mancebo (2010, p. 75), a autora trata de uma tendência à mercantilização do trabalho docente, ou seja, uma aproximação de práticas do setor público com as do privado, aproximando a mercantilização da privatização endógena. Por fim, com a definição de Bertolin (BERTOLIN, 2007a, p. 107 apud BERTOLIN, 2009, p.352) também é possível fazer essa aproximação, tendo em vista a afirmação de que os fins e os meios da educação superior sofrem reorientação de acordo com os princípios e também a lógica do mercado, bem como no outro artigo do autor (BERTOLIN, 2011, p. 237).

A partir de outros quatro dos artigos estudados, podemos relacionar as características do descritor com a privatização exógena, considerando-a como uma abertura de serviços da educação pública, com a participação do setor privado (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8). O primeiro deles é o artigo de Carvalho (2013, p. 772 e 766) ao tratar da transformação da educação em mercadoria para a geração de lucros aos acionistas, além da oferta de cursos privados. A definição trazida por Chaves (2010, p. 483) também pode se aproximar da privatização exógena, considerando a tratada expansão da via privada e criação de redes de empresas com capital aberto na bolsa de valores. O artigo de Pereira (2009, p 271) pode ser relacionado a privatização endógena ao tratar da partilha de verbas públicas com o setor privado, além do financiamento privado em instituições públicas, bem como o texto de Serafim (2011) que trata de parceiras de instituições públicas com empresas.

Em mais três diferentes artigos do descritor, é possível aproximar os conceitos e características de mercantilização encontrados tanto com a dimensão exógena, quanto com a endógena. Para Croso e Magalhães (2016,), a mercantilização se baseia nas definições de Ball e Youdell, com base na soma da privatização engógena e exógena. O artigo de Bosi (2007, p. 1506-1507), pode se relacionar com a privatização endógena ao tratar da intensificação e desvalorização do trabalho docente que ocorrem devido a algumas alterações como aumento das funções, flexibilização, mas também se relaciona com a privatização exógena ao tratar de educação não mais como exclusividade do Estado e o aumento das

matrículas em Instituições de Ensino Superior Privadas. No artigo de Silva Júnior (2009, p. 152) a mercantilização aparece como a transformação da universidade pública pelo capital, na identidade institucional, o que podemos relacionar com a privatização endógena. Porém, o autor também afirma que a mercantilização também ocorre das parcerias público-privadas (SILVA JÚNIOR, 2009, p.161-162), relacionadas mais a privatização exógena.

Por fim, não é possível relacionar os textos “Entre a entrega e a renúncia: excelência acadêmica em escolas públicas chilenas de alta performance” (QUARESMA, 2015) e “Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior” (SGUISSARDI, 2013) pois não trazem uma definição de mercantilização, além do artigo de Mancebo, Vale e Martins (2015) que traz informações necessárias para essa relação.

4.2 O conceito de mercadorização

Como apresentado anteriormente, neste artigo buscamos identificar e sistematizar o conceito de mercadorização da educação que apareceu em 6 artigos científicos constantes da plataforma SciELO.

É possível afirmar que nenhum dos seis textos traz uma definição explícita do descritor, no entanto, todos apresentam características do que entendem por mercadorização ao longo dos artigos. Alguns dos textos definem a mercadorização como o próprio aumento das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, da educação da infância e ensino profissional, como vemos no trecho a seguir retirado do artigo “Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas” (ANTUNES; PERONI, 2017):

Na verdade, um dos primeiros afloramentos do debate sobre privatização da educação em Portugal ocorre desde os anos oitenta em torno do ensino superior, da educação de infância e da educação profissional (cf. Estêvão, 1998; Seixas, 2000; Vilarinho, 2000). Em qualquer destes casos, o domínio privado assumiu uma dimensão significativa, acolhendo largas percentagens dos inscritos. Naqueles setores, à época, o Estado não responde à demanda das populações através da estrutura pública e deliberadamente cria espaço para a expansão da oferta privada. Neste enquadramento, o Estado português optou, por ação e omissão, por promover a privatização e mercadorização da educação (ANTUNES; PERONI, 2017, p. 196)

Referindo-se a Portugal e afirmando que o Estado não cumpria as demandas da educação pública, favorecendo a expansão privada, a própria mercadorização educacional. Sendo assim, neste artigo, os conceitos de privatização e

mercadorização são usados na mesma perspectiva, sem que haja uma distinção explícita.

Outro artigo que segue a mesma direção quando traz como fator para o aumento da mercadorização o crescimento das Instituições de Ensino Superior privadas (IES) é “Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária” (SGUISSARDI, 2008). No entanto, adiciona uma informação importante ao falar da expansão do mercado educacional com o sistema de aquisições de IES menores, além da abertura de ações na bolsa de valores, permitindo ao investimento de capital privado, tomando como exemplo Anhanguera, Estácio de Sá, Sistema Educacional Brasileiro e Kroton. (SGUISSARDI, 2008, p.1005).

Além disso, segundo Rodrigues (2007, p. 2, *passim*), como citado por Sguissardi (2008, p. 1000 e 1001), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 abre espaço para o Decreto número 2.306, de 19 de agosto de 1997 que coloca a educação superior como bem comercializável.

O estudo de Meek (2004) também aborda a mercadorização na educação superior, mas em uma perspectiva diferente da expansão. Para este autor que trata da questão de financiamento por competição, o termo mercadorização parece estar ligado ao retorno econômico da educação, como é possível depreender do trecho abaixo:

A concentração e a seletividade são questões cruciais na pesquisa. Isso significa que as universidades devem identificar pontos fortes e tomar decisões difíceis para alocar recursos em algumas áreas e não em outras. Obviamente, as áreas mais propensas a mercadorizar seus resultados intelectuais vão se beneficiar da maior parte do novo regime de financiamento. (MEEK, 2004, p. 1037)

Nesse sentido, para Meek (2004) o financiamento tende a ser destinado principalmente para pesquisas que geram mais retorno econômico, que podem “mercadorizar” seus resultados intelectuais.

Outro artigo que confirma uma mudança no conhecimento, tornando-o mercadoria é “Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente” (MANCEBO; MAUÉS E CHAVES, 2006). Nele, encontramos a mesma ideia do texto anterior, em que o conhecimento que é “útil” para empresas é mais valorizado na hora do financiamento:

Em determinadas áreas do conhecimento, todo esse clima é muito mais intenso e ocorre com muito mais frequência porque também há um assédio para que se produza conhecimento que se relacione

diretamente à produção ou à capacidade das empresas – mediante a inovação tecnológica e por meio do conhecimento técnico-científico que a torna possível – intensificarem a concorrência capitalista em proveito próprio. Assim, é preciso que se tenha claro que a demanda mercadológica pelo conhecimento não se refere a qualquer produção tecnológica e científica, mas àquela que direta ou indiretamente possa incrementar a concorrência intercapitalista. (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 50)

Ademais, as autoras também afirmam que a mercadorização traz princípios de organizações econômicas para as IES, como competitividade e individualidade. Além disso, diminui o potencial crítico da universidade, como vemos no trecho a seguir:

Assim, a mercadorização do conhecimento tem levado a novos tipos de relações na academia baseadas numa concepção gerencial que assimila os princípios, parâmetros e as feições das organizações econômicas. Mas, o que é pior é que a própria insuficiência da crítica a essa realidade ganha terreno entre os docentes e a produção/transmissão do conhecimento não é devidamente avaliada e questionada, arrefecendo o potencial crítico que a universidade dispõe. (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006, p. 51)

No texto “Avaliação e internacionalização da educação superior: *Quo vadis América Latina?*” (LEITE; GENRO, 2012), as autoras concordam com a ideia já trazida por (MANCEBO; MAUÉS; CHAVES, 2006) a respeito de princípios de mercado na educação e afirmam a presença dos valores de competitividade e empreendedorismo, que faz com que docentes, pesquisadores, estudantes e técnicos tentem cada vez mais ser eficientes e produtivos, contando que esses também são valores mercadológicos:

Nesta condição, o docente e o pesquisador, o estudante e o técnico são instados a adotar os parâmetros da produtividade e da competição para se legitimarem como sujeitos eficazes e eficientes. Estão a aceitar parâmetros curriculares baseados em competências. Talvez em uma atitude de pura ‘distração’. Esta seria a face mais danosa da lógica da mercadorização de origem neoliberal, a face disciplinar, que incide sobre o pensar do sujeito, do ser social e político, no interior das instituições. A face em que os preceitos econômicos de mercado são preponderantes sobre os demais. (LEITE; GENRO, 2012, p. 779).

No último artigo pesquisado, Afonso (2013) não faz diferenciação entre os conceitos de mercadorização e mercantilização, e afirma que a mercadorização é incentivada por organismos como Banco Mundial, além de ser um instrumento de acumulação capitalista:

[...] esta mercadorização/mercantilização global (incentivada nomeadamente pela OMC e pelo Banco Mundial) é também, por sua vez, um novo e importante instrumento de acumulação capitalista, cujas consequências perversas são, em grande parte, imprevisíveis. (AFONSO, 2013, p. 279)

Como dito, o autor não deixa clara a diferença entre mercadorização e mercantilização, apesar de separá-las em alguns trechos como em, por exemplo: “Exacerbação de processos de transnacionalização da educação e aumento da mercadorização e mercantilização no âmbito do ensino superior.” (AFONSO, 2013, Página 278)

Estudamos 6 textos dentro do descritor mercadorização e podemos classificar as características encontradas ora como mais próximas da ideia de privatização endógena e ora da privatização exógena, segundo os conceitos de Ball e Youdell (BALL, YOUDELL, 2008).

Metade dos textos (3) aproximam a mercadorização com a privatização endógena, que seria a importação de ideias, técnicas e também de práticas do setor privado, tornando o setor público parecido com o setor de negócios (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8). Um deles é o artigo de Leite e Genro (2012, p.779), que aponta que a mercadorização faz com que valores do mundo dos negócios sejam levados ao mundo acadêmico (competitividade, lucro e empreendedorismo). Outro exemplo é o artigo “Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente” (MANCEBO, MAUÉS, CHAVES, 2006, p. 51), afirmando também que a mercadorização traz princípios de organizações econômicas para as Instituições de Ensino Superior (como competitividade e individualidade). Meek (2004, p. 1037) também traz características da mercadorização que podemos relacionar ao conceito de privatização endógena, ao apontar uma mercadorização do conhecimento, com a valorização de investimentos em pesquisas que geram resultados comercializáveis.

A partir das características trazidas pelo artigo de Afonso (2013), não podemos afirmar de qual tipo de privatização a mercadorização se aproxima.

Por fim, nos dois textos restantes (SUISSARDI, 2008; ANTUNES, PERONI, 2017), é possível relacionar as características de mercadorização trazidas com o conceito de privatização exógena, definida como a privatização da educação pública, abrindo serviços da educação pública e possibilitando a participação do setor privado (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8). Sguissardi aponta um aumento das Instituições de Ensino Superior com fins lucrativos, além de aquisições e incorporações e empresas educacionais abrindo ações na bolsa de valores, mostrando uma abertura de serviços da educação pública para o privado. Antunes e

Peroni (2017, p. 196) afirmam que o Estado não responde a demanda necessária e assim abre espaço para uma expansão da própria oferta privada.

4.3 O conceito de financeirização

Foram estudados 7 artigos com relação ao descritor financeirização e todos eles trazem uma definição explícita. Ao decorrer do tópico, é possível notar semelhança entre todas as definições, que relacionam a financeirização com o mercado financeiro, incluindo a oligopolização de instituições de ensino superior privadas (MANCEBO, VALE, 2013; OLIVEIRA, 2009; MOCARZEL, 2019; CURY, 2014) e a abertura de ações dessas instituições na bolsa de valores (LAVINAS, GENTIL, 2018; CARVALHO, 2013; OLIVEIRA, 2009; MOCARZEL, 2019; CRUZ, 2018; CURY, 2014).

Inicialmente, trataremos da definição trazida por Mocarzel (2019), que aponta um breve histórico a financeirização no Brasil. O artigo traz a definição de financeirização no trecho:

A educação mundial e, nesse caso específico, a educação superior brasileira compuseram um mercado com base em processos de financeirização. Ou seja, as instituições educativas tornaram-se grandes corporações, com capital globalizado e aplicado em ações nas bolsas de valores. (MOCARZEL, 2019, p. 3)

A financeirização é apontada como um processo base para a educação superior brasileira compor um mercado, onde as Instituições se tornam corporações com ações nas bolsas de valores.

O texto traz também a definição de financeirização de Krippner (2005):

Adotamos a definição de Krippner (2005, p. 14), que por financeirização entende “um padrão de acumulação no qual a produção do lucro se dá crescentemente através de canais financeiros ao invés de ser pela via do comércio e da produção de *commodities*”. Ainda segundo a autora, trata-se de um movimento global alavancado pelo capitalismo financeiro decorrente dos investimentos em ações. (MOCARZEL, 2019, p. 10).

Nela, a financeirização é definida como um modo de acumulação em que o lucro ocorre por canais financeiros, sendo alavancada pelo investimento em ações. O texto se refere ao que ocorre desde 2007 com o ensino superior, quando a Anhanguera abre seu capital na bolsa de valores de São Paulo. Afirma também que uma das características da financeirização é quando há um afastamento do negócio

para uma aproximação da especulação como forma de lucro (MOCARZEL, 2019, p. 10).

Por fim, é citado que o processo de compra e venda de instituições de ensino superior é intensificado pela financeirização, gerando uma oligopolização (MOCARZEL, 2019, p. 16).

Outro artigo estudado foi o de Carvalho (2013), que também aponta a financeirização como relacionada ao mercado financeiro. Ela aparece claramente definida no trecho:

É oportuno lembrar que as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional, por meio do mercado de capitais, que se tornaram factíveis para um grupo ainda restrito de IES mercantis, fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial, a partir dos anos de 1970, de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras (derivativos, securitização, contratos futuros etc.) e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de “financeirização” (CARVALHO, 2013, p. 772)

No trecho, a financeirização aparece como transformações no mercado financeiro mundial, envolvendo diversos fatores, dentre os quais destacamos os fundos de investimento institucionais, que se relaciona com a educação. A partir da leitura do artigo, vemos que ocorrem estratégias de acumulação de capital no setor educacional, como pela abertura de ações de empresas educacionais na bolsa de valores, e que fazem parte das transformações decorrentes dessa financeirização.

Além desses textos, o artigo de Cury (2014) também foi lido e nele encontramos uma relação com os outros, já que também traz um pouco do mercado financeiro, focando um pouco mais na oligopolização ocorrida nas instituições de ensino superior. O texto traz a financeirização e oligopolização como fatores que regerem a expansão de Instituições de ensino superior privadas, formando conglomerados financeiros. Traz também a questão da expansão do setor privado lucrativo, das fusões e incorporações de instituições.

O autor traz a contribuição de Oliveira (2009, p. 741-743 apud CURY, 2014, p. 119) que aponta capital financeiro adentrando na educação e gerando a internacionalização da oferta, com fundos de investimento exclusivamente voltados à educação, que podem injetar quantias em empresas educacionais e também trazem reestruturação nas instituições com a redução de custos, racionalização administrativa e profissionalização.

Os artigos de Mancebo e Vale (2013) e Oliveira (2009) também estudados trazem definições parecidas de financeirização, passando pela temática do mercado financeiro e da oligopolização já apontadas anteriormente em outros artigos. O artigo de Mancebo e Vale (2013) aborda a expansão das Instituições de Ensino Superior com fins lucrativos, envolvendo o conceito de financeirização:

[...] e termina destacando o movimento contemporâneo, a denominada “era das consolidações”, cujos traços centrais são a concentração institucional – com as incorporações de pequenas instituições por grandes organizações –, a financeirização e a internacionalização da educação superior. (MANCEBO, VALE, 2013, p. 83)

É possível compreender desse trecho que a financeirização aparece claramente definida como sendo parte da “era das consolidações”, na qual promove a concentração institucional através da incorporação de pequenas instituições por organizações grandes.

No artigo estudado de Oliveira (2009), o autor traz a financeirização da educação, com o setor financeiro tendo hegemonia na educação privada do Brasil ao escrever sobre os fundos financeiros e a abertura de ações na bolsa de valores, além da oligopolização da oferta educacional com a compra de instituições de ensino menores.

Além disso, o texto traz o conceito de financeirização de Chesnais (2007) e Harvey (2008)

Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas, como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. (Harvey, 2008, p. 41 apud OLIVEIRA, 2009, p. 754)

Nesse sentido, a financeirização é uma ampliação da atividade financeira ocupando todos os espaços, com novos tipos de mercado – no caso do texto, da educação.

Por fim, temos os dois últimos artigos estudados de Cruz (2018) e Lavinhas e Gentil (2018), que assim como os demais mostram a financeirização relacionada ao mercado financeiro e abertura de ações na bolsa de valores por Instituições de ensino superior. Ainda acrescentam algumas consequências da financeirização. Explicando melhor, no artigo de Lavinhas e Gentil (2018) o conceito de financeirização aparece claramente definido no artigo com base nas ideias de diversos autores:

Por financeirização, entende-se a influência crescente dos mercados financeiros, das elites e das instituições financeiras no modo de funcionamento da economia real (Epstein, 2005). Contudo, tal como observado por Fine (2009, p.5), a financeirização revela também um “escopo de atuação mais amplo” do capital financeiro, “cuja influência estende-se para além do mercado, penetrando em várias dimensões da vida social” (Van der Zwan, 2014, p.101). (LAVINAS, GENTIL, 2018, p. 196)

Em síntese, a financeirização é definida como a influência dos mercados financeiros, elites e instituições financeiras no funcionamento da economia, além de penetrar em outras dimensões da vida social. Sendo assim, a financeirização aparece relacionada ao setor financeiro, que assume serviços tradicionalmente prestados pelo Estado. Além disso, a financeirização da educação é ampliada quando as faculdades/universidades abrem o capital na Bovespa (ações na bolsa de valores) (LAVINAS, GENTIL, 2018, p. 200-201).

Além disso, são citadas consequências dessa financeirização, que em resumo são: a retração da massa salarial, o agravamento da desigualdade de renda (LAVOIE, 2015; PALLEY, 2013; STOCKHAMMER, 2007 apud LAVINAS, GENTIL, 2018, p. 197), além de booms de consumo devido a expansão do crédito, levando ao endividamento das famílias.

Na visão de Cruz (2018) a financeirização do ensino superior aparece como resultado das fusões de Instituições de Ensino Superior e da formação dos conglomerados educacionais. São formados oligopólios na educação, contando que algumas empresas têm capital aberto com ações da Bolsa de Valores. Além disso, aponta instituições de ensino superior que abriram negociações de ações na Bolsa de Valores, iniciando com a Anhanguera Educacional, seguida do grupo Kroton, Sistema Brasileiro e Estácio de Sá (CRUZ, 2018, p. 853)

Nesse sentido, a financeirização gera uma desnacionalização da educação através do processo de compra, fusões e abertura de ações na bolsa de valores (CRUZ, 2018, p. 849), com exemplos de diversas parcerias de instituições de ensino brasileiras com grupos internacionais como a do Grupo Pitágoras (MG) com a Apollo Internacional. Por fim, a ascensão da financeirização tem como objetivo atender aos interesses mercantis.

Após a exposição do conceito de financeirização presente em todos os artigos, podemos concluir que os 7 artigos trazem uma definição do descritor que se aproxima mais da privatização exógena do que da exógena, segundo os conceitos de Ball e Youdell. Sendo a exógena uma privatização da educação pública, a

abertura para o setor privado (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8). Isso porque todos os artigos tratam de uma aproximação da educação com o setor financeiro, com a oligopolização da oferta de ensino das Instituições de Ensino Superior através das fusões (MANCEBO, VALE, 2013; OLIVEIRA, 2009; MOCARZEL, 2019; CURY, 2014) e também da abertura de ações na bolsa de valores (LAVINAS, GENTIL, 2018; CARVALHO, 2013; OLIVEIRA, 2009; MOCARZEL, 2019; CRUZ, 2018; CURY, 2014), apontando para uma privatização da oferta do ensino superior.

4.4 O conceito de publicização

No caso do descritor publicização, selecionamos 4 artigos e buscamos compreender melhor o que os autores se referem quando usam esse termo, ou seja, o conceito de publicização presente em cada artigo.

Encontramos dois artigos que trazem claramente uma definição de publicização no decorrer do texto, que são “A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate” de Favaro e Tumolo (2016) e “O “Programa Alfabetização Solidária”: terceirização no contexto da reforma do Estado” de Barreyro (2010).

No primeiro, os autores Favaro e Tumolo (2016) se baseiam na obra de Saviani (1989, p. 6) para tratar do conceito de publicização ao trazerem uma necessidade de publicizar o Estado:

Além disso, Saviani (1989, p. 6) reivindica a necessidade de “publicizar” o Estado, que consistiria em “encaminhar a ação do Estado para as iniciativas que dizem respeito ao interesse público (FAVARO; TUMULO, 2016, p. 564)]

Nesse sentido, é possível compreender que publicização é quando o Estado toma conta de iniciativas que dizem respeito ao interesse público.

Além disso, o conceito também é apontado claramente durante as discussões dos autores, como na citação: “[...] Se se pode “publicizar o Estado”, ou seja, ir tornando-o “público”[...]” (FAVARO; TUMULO, 2016, p. 567).

A autora Barreyro (2010) também traz uma definição do descritor, porém de maneira diferente. Inicialmente, a palavra publicização está presente no seguinte trecho:

Como se percebe, a reforma administrativa do Estado apóia-se na publicização das atividades que, nessa concepção, não são exclusivas a ele: serviços sociais, culturais, de proteção ambiental, de pesquisa científica e tecnológica, as quais, segundo a proposta,

seriam atividades públicas não-estatais, e ganhariam em qualidade e eficiência se fossem publicizadas. (BARREYRO, 2010, p. 178)

No decorrer do artigo a autora afirma que a publicização aconteceria em atividades não exclusivas do Estado, como serviços sociais, culturais, de pesquisa e etc, sendo atividades públicas não-estatais. É possível identificar que a publicização consiste em considerar instituições sociais (como escolas técnicas, centros de pesquisa, hospitais e museus) como de interesse público, mas sendo regidas por instituições de direito privado, tendo liberdade administrativa e autonomia financeira, porém utilizando recursos públicos (BARREYRO, 2010, p. 178).

Segundo a autora (BARREYRO, 2010, p. 178-179), essa publicização contribuiria para uma “privatização à brasileira”.

Os outros dois artigos estudados não trazem uma definição clara de publicização, mas podemos encontrar características que apontam para a visão do autor. São eles “Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas” (CURY, 2014) e “Financiamento da Educação Especial no Município de Vitória: desafios à gestão” (FRANCA; PRIETO, 2018).

Ambos apontam para uma mesma ideia do conceito de publicização, que seria a ideia de tornar algo público. Elucidando melhor, no artigo de Cury (2014) devemos levar em consideração que o descritor “publicização” aparece apenas uma vez - no resumo. A partir disso, conseguimos identificar que a palavra parece vir com o significado de “tornar público”, dar transparência, no sentido de permitir que todos possam ver algo, nesse caso, se referindo aos resultados das avaliações de desempenho tratados no texto.

Para Franca e Prieto (2018), o sentido é o mesmo. Apesar de não termos uma definição clara, devido ao contexto podemos chegar à conclusão de que publicização também é usado como sinônimo de “tornar público”, no sentido visibilidade. No caso desse artigo, refere-se à visibilidade de dados sobre recursos públicos destinados à educação especial, que é a temática tratada no decorrer do artigo (FRANCA, PRIETO, 2018, p. 282).

Diante das definições trazidas nos 4 artigos estudados do descritor publicização, faremos a classificação segundo as definições de privatização endógena e exógena de Ball e Yodell (BALL, YODELL, 2008). A definição trazida por Barreyro (2010) afirma que a publicização consiste em considerar instituições sociais como de interesse público, mas regidas por instituições de direito privado, o que se encaixa

na privatização exógena de Ball e Youdell, sendo uma abertura de serviços da educação pública, com a participação do setor privado (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8). Quanto ao demais artigos, não é possível relacionar com os conceitos, pois tratam a publicização no sentido de “tornar público” (CURY, 2014; FRANCA, PRIETO, 2018) e do Estado tomar conta de iniciativas que dizem respeito ao interesse público (FAVARO, TUMOLO, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada com os quatro descritores, podemos notar a diversidade de conceitos trazidos nos diversos artigos científicos selecionados da plataforma SciELO.

Com descritor mercantilização foram encontrados a maior quantidade de artigos (15) dentre todos os outros, permitindo uma análise de mais textos e apontando para um maior uso dessa palavra. A maioria deles (12) se refere a etapa do Ensino Superior e com relação ao local, 10 deles estudam o Brasil, permitindo compreender melhor o conceito de mercantilização trazido em artigos científicos principalmente no âmbito do ensino superior brasileiro.

O conceito de mercantilização é definido nos artigos que apontam uma definição clara como a transformação de algo – no caso, da educação – em mercadoria ou serviço comercial (DIBBERN, CRISTOFOLETTI, SERAFIM, 2018; BERTOLIN, 2011; CARVALHO, 2013). Bertolin (2011) acrescenta que esse fenômeno também pode ocorrer na educação superior privada. Para Carvalho (2013), a mercantilização pela oferta de cursos em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e por meio da produção de materiais instrucionais e consultorias.

Diversos artigos não trazem uma definição clara de mercantilização, mas apontam suas características. Chaves (2010, p. 483) aponta que o aumento das IES privadas, a compra e fusão e a abertura de capital dessas instituições na bolsa de valores acentuam a privatização/mercantilização. Outra característica da mercantilização é discutida no artigo de Pereira (2009), que seria a diluição de fronteiras entre público e privado com a naturalização da entrega de verbas públicas ao setor privado. A mercantilização aparece ligada à docência nos artigos de Bosi (2007) e Mancebo (2010), respectivamente como mercantilização do trabalho docente (aumento de funções, redução de orçamento das IES e flexibilização de contratos) e de cultura acadêmica mercantilizada (empreendedorismo docente). Para Hall e Gunter (2015), a mercantilização é o público gerido de maneira privada. Além disso, a mercantilização é apontada por Croso e Magalhães (2016) como soma da privatização endógena e exógena.

Com relação ao descritor mercantilização, é possível notar que é o segundo mais utilizado, sendo selecionados 6 artigos científicos para estudo na plataforma

SciELO, dos quais 4 tratam do do Ensino Superior e 3 deles estudam especificamente o Brasil. Diferente do descritor anterior, nenhum dos artigos traz uma definição clara de mercantilização, mas apontam diversas características.

Para Antunes e Peroni (2017), a mercadorização ocorre juntamente com a privatização devido a expansão da oferta privada de IES. Sguissardi (2008) compartilha dessa ideia e acrescenta a aquisição de IES e abertura de ações na bolsa de valores.

Já Meek (2004) e Mancebo, Maués e Chaves (2006) apontam para uma mercadorização do conhecimento. O artigo de 2006, bem como o de Leite e Genro (2012), também afirma que a mercadorização traz princípios econômicos para as IES.

Com relação aos artigos de financeirização, dos 7 selecionados, 6 tratam do Ensino Superior e todos estudam o Brasil. O conceito de financeirização aparece de maneira semelhante na maioria dos artigos, fazendo relação com o mercado financeiro, tratando também da oligopolização das IES (MANCEBO, VALE, 2013; OLIVEIRA, 2009; MOCARZEL, 2019; CURY, 2014) e também da abertura de ações na bolsa de valores (LAVINAS, GENTIL, 2018; CARVALHO, 2013; OLIVEIRA, 2009; MOCARZEL, 2019; CRUZ, 2018; CURY, 2014). Cury (2014) aponta que a financeirização e oligopolização são responsáveis pelo aumento das IES privadas.

Oliveira (2009) traz outra importante contribuição ao mostrar a financeirização como ampliação da atividade financeira ocupando um novo mercado - o da educação (Harvey, 2008, p. 41 apud OLIVEIRA, 2009, p. 754). Além disso, Cruz (2018) afirma como consequência da financeirização uma desnacionalização da educação.

Por fim, o descritor publicização contou com 4 artigos selecionados, sendo o com menor número de artigos encontrados. 3 deles estudam a educação básica e todos o Brasil. Com relação ao conceito, 2 artigos trazem a definição clara de publicização, sendo eles os de Favaro e Tumolo (2016) e Barreyro (2010), sendo que o primeiro afirma que a publicização ocorre quando o Estado toma conta de iniciativas de interesse público e o segundo traz uma ideia diferente de que ela ocorre em atividades não exclusivas do Estado, considerando instituições sociais como de interesse público, porém regidas por instituições privadas, contribuindo para uma “privatização à brasileira” (BARREYRO, 2010, p. 178-179).

Os outros artigos não apresentam uma definição clara (CURY, 2014; FRANCA, PRIETO, 2018), mas a partir dos trechos que citam o descritor, é possível afirmar que a publicização aparece com o sentido de “tornar público”.

Fazendo relação entre os conceitos encontrados e as dimensões de privatização endógena e exógena de Ball e Youdell (BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8), é possível notar que os conceitos variam entre as duas dimensões dependendo do artigo científico.

Nos artigos de mercantilização, vemos o conceito mais ligado ora à privatização endógena (5 artigos), ora à exógena (4 artigos), além de 3 artigos apontarem diversas características das quais podemos relacionar com ambas as dimensões. Nos demais artigos, não é possível relacionar com nenhuma das dimensões propostas.

Quanto aos os conceitos de mercadorização, metade dos artigos (3) trazem características do descritor que se relacionam à dimensão endógena, outros dois à exógena e em um dos artigos não é possível fazer essa relação.

Para os artigos de financeirização, todos os artigos se encaixam na privatização exógena. No caso de publicização, se encaixam na endógena (Barreyro, 2010) e nos outros não é possível encaixar em nenhuma definição.

Por fim, tendo em vista o atual contexto de aumento da privatização por diversas dimensões (ADRIÃO, BORGHI, 2008; ADRIÃO, 2018; BALL, YOUDELL, 2008, p. 7-8), a pesquisa traz um levantamento de artigos científicos para compreender melhor os conceitos dos descritores mercantilização, mercadorização, financeirização e publicização, permitindo, juntamente com outros estudos, uma ampliação do conhecimento sobre a temática da privatização no contexto educacional.

6 REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf> Acesso em: 08 Jan. 2021

ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel Fontes. Parcerias entre prefeituras e esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo? In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 99- 110.

ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel Fontes; DOMICIANO, Cássia Alessandra. Educação infantil, ensino fundamental – inúmeras tendências de privatização. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 4, n. 7, p. 285-298, 2010.

ADRIÃO et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e sociedade**, v. 37, p. 113-131, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00113.pdf> Acesso em: 07 Jan 2021

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 53, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n53/02.pdf> Acesso em: 15/04/2020

ANTUNES, Fátima; PERONI, Vera. Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas. **Revista Portuguesa de Educação**, 30(1), pp. 181-216, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v30n1/v30n1a09.pdf> Acesso em: 08 Mai 2020

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**/ Aurélio Buarque de Holanda; coordenação Marina Baird Ferreira. – 8. Ed. Ver. Atual. – Curitiba: Positivo, 2010.

BALL, Stephen J.; YOUDELL, Deborah. La privatización encoberta en la educación pública. **Instituto de Educación**, Universidad de Londres. Bruselas, 2008.

BARREYRO, Gladys Beatriz. O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educar em revista**, Curitiba , n. 38, p. 175-191, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000300012&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02 Mar. 2021.

BERTOLIN, Julio C. G. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, ação,

Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a07v14n2.pdf> Acesso em: 28 Feb 2020.

BERTOLIN, Julio Cesar G. Os quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado. **Educação e pesquisa**, 2011, São Paulo, v.37, n.2, p. 237-248, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a02.pdf> Acesso em: 11 Feb 2020.

BOJUNGA, Lygia. **A bolsa amarela**. 35^a edição. Casa Lygia Bojunga, 2013.

BORGHI, Raquel Fontes. Que educação é pública? A privatização de um direito. **Eccos Revista Científica (Online)**, São Paulo, n. 46, p. 19-32, mai. /ago, 2018. Disponível em <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7832/4968> Acesso em: 05 Jan. 2021

BORGHI et al. Subsídios públicos para instituições privadas de Educação Infantil-Análise de tendências em municípios paulistas. In: VIEIRA, M.; MEDINA, S. (Org.) **Trabalho docente e políticas educacionais para a educação: desafios contemporâneos**. 1ed. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2014, p. 131-150.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf> Acesso em: 11 Mar 2020.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, Set. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000300013&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 01 Feb. 2021

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf> Acesso em: 14 Feb 2020.

CNPQ. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em <https://www.gov.br/cnpq/pt-br> Acesso em: 05 Jan. 2021
GREPPE. **GREPPE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional-UNESP, Rio Claro**. Disponível em <https://groupe.wixsite.com/groupeunesprioclaro> Acesso em: 05 Jan. 2021

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 23, n. 3, p. 848-868, dez. 2018.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000300848&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 Fev. 2021.

CROSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna Modé. Privatização e educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade**, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00017.pdf> Acesso em: 8 Out 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 603-629, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300005&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02 Mar. 2021.

DIBBERN, Thais Aparecida; CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo.; SERAFIM, Milena Pavan. Educação em direitos humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública. **Educação em Revista**, v. 34, Belo Horizonte. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e176658.pdf> - Acesso em: 8 Out 2019

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; TUMOLO, Paulo Sergio. A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 557-571, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200557&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02 Mar. 2021.

FRANCA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosângela Gavioli. Financiamento da Educação Especial no Município de Vitória: desafios à gestão. **Educar em revista.**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 279-296, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000500279&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 Mar. 2021.

GONSALVES, Elisa Pereira. Selecionando o tema da pesquisa. *In*: GOLSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. - Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. Cap 2, p. 25 - 46. Disponível em <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2018/02/gonsalves-2001-selecionando-o-tema-de-pesquisa.pdf> Acesso em: 06 Jan. 2021

HALL, D.; GUNTER, H. M. A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal. **Educação & Sociedade**, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00743.pdf> Acesso em: 05 Dez 2019.

LAVINAS, LENA; GENTIL, DENISE L. Brasil anos 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, Ago. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000200191&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 01 Fev. 2021

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz. Avaliação e internacionalização da educação superior: *Quo vadis América Latina?* **Avaliação (Campinas) [online]**, Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 763-785, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n3/a09v17n3.pdf> Acesso em: 21 Mai 2020.

MANCENO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, 23(2), pp. 73-91, 2010. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v23n2/v23n2a04.pdf> Acesso em: 19 Feb 2020.

MANCENO, Deise; VALE, Andréa Araujo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da unesa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, pág. 81-98, Mar. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100005&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 01 Feb. 2021.

MANCENO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf> Acesso em: 06 Jan 2020.

MANCENO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente**. Educar em Revista, r, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf> Acesso em: 29 Mai 2020.

MEEK, V. Lynn. Produção do conhecimento na educação superior australiana: do acadêmico ao comercial. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 1023-1043, Especial, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a18v2588.pdf> Acesso em: 01 Abr 2020.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. A financeirização da educação privada nas páginas de uma revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0216625, 2019. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100323&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 01 Feb. 2021

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, Out. 2009. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300006&lang=pt . Acesso em: 01 Feb. 2021.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12 n. 2 p. 268-277, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/17.pdf> Acesso em: 21 Feb 2020

QUARESMA, Maria Luísa. Entre a entrega e a renúncia: excelência acadêmica em escolas públicas chilenas de alta performance. **Educação e Pesquisa**, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1487.pdf> Acesso em: 08 Out 2019.

SEFARIM, Milena Pavan. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 241-265, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a02v16n2.pdf> Acesso em: 12 Fev 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf> Acesso em 27 Mai 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34 , n. 124, p. 943-960, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/15.pdf> Acesso em: 28 Jan 2020

SILVA JUNIOR, João dos Reis. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. **Revista Portuguesa de Educação**, 22(1), pp. 145-177, 2009. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v22n1/v22n1a07.pdf> Acesso em 03 Mar 2020.

YIN, Robert K. O que é pesquisa qualitativa - e porque você cogitaria fazer esse tipo de pesquisa? In: YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016. Cap. 1, p. 3 - 21. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Pesquisa_Qualitativa_do_In%C3%ADcio_a_o_Fim.html?id=AeafCwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false Acesso em: 06 Jan. 2021